Então, para as Cidades... Tudo ou Nada?

CARLOS NELSON F. SANTOS

Eu não gosto das idéias de William Alonso. No entanto, em um artigo intitulado "Beyond the Inter-Disciplinary Approach to Planning" (AIP Journal, maio 71), este autor faz as melhores observações que já li sobre as limitações, os dilemas e as hesitações dos cientistas sociais que tentam trabalhar com o urbano. O que não lhe falta é pleno conhecimento de causa: Alonso é professor de planejamento na Universidade da Califórnia em Berkeley e tem uma longa experiência de trabalho em equipes com vários tipos de técnicos e de pensadores.

Baseado em uma observação de R. K. Merton, o professor americano considera que há dois tipos de sociologia: a americana (*hard*) e a européia (*soft*). O que as torna diferentes é que os europeus, apesar de saberem que estão lidando com questões fundamentais, não têm jeito de comprovar se o que dizem é verdadeiro. Já os americanos, que preferem dados quantitativos, estão convencidos de que seu material é a verdade. Só que não têm a menor idéia do que significa. A maioria das ciências sociais aplicadas ao urbano (sociologia, antropologia, política, psicologia) seguiria o modelo *soft*. Isto não impede que alguns de seus elementos sejam até muito *hard*. Alonso as vê mais puxadas para o modelo europeu, porque se caracterizam por serem interessadas e competentes em temas em que juízos e opiniões desempenham um grande papel.

Esta sociologia, capaz de fornecer boas explicações para as estruturas urbanas e para a funcionalidade dos padrões existentes, seria impotente no que se refere a projetar mudanças. É que os sociólogos estão ainda muito preocupados em estabelecer credenciais científicas para a sua disciplina

e preferem seguir a regra de dúvida e do teste sistemático, antes de se arriscarem a qualquer novo passo. Acabam, inevitavelmente, por cair em um impasse: descobrem que seu objeto é um não-objeto e, de uma ou de outra forma, denunciam e rejeitam seu tema de estudos. Talvez a causa da incoerência esteja em sua não percepção das cidades como sistemas de tamanha complexidade e mobilidade que invalidam qualquer tipo de análise estática. O que, dito de outra forma, significa que o conhecimento sobre o urbano já é um elemento a mais que contribui para a sua transformação e que obrigaria o seu detentor a um engajamento na escala devida. As cidades se constroem o tempo todo e em todos os níveis (dos mais materiais aos mais simbólicos), à revelia do que se pense e de como se interprete cada um dos seus momentos de mudança. [1]

O planejador, o detentor do conhecimento específico que pretende agir como ator consciente e esclarecido sobre processos que ele sabe manipulados por muitíssimos outros agentes, precisa fazer recomendações e tomar decisões. Não se trata apenas de dizer como e porque cada coisa é. São necessárias posições e intencionalidades, visando acompanhar as transições contínuas e nelas interferir. Quando não há segurança quanto aos enunciados, têm de ser inventados os jeitos de lidar com a incerteza, o que inclui a criação de métodos de avaliação e de retroalimentação.

Há um outro professor, Oriol Bohigas, da Universidade de Barcelona que, apesar de estar bastante longe das posições ideológicas de Alonso, concorda com ele na crítica à contribuição das ciências sociais à compreensão dos fenômenos urbanos. O tom de frustração de Bohigas (1969) é o mesmo: a colaboração dos antropólogos, sociólogos e psicólogos para o projeto do entorno humano não consegue se realizar com eficácia e sequer é capaz de fixar métodos válidos para fazê-lo. A atuação das ciências sociais no setor tem servido apenas para fazer comprovações; simples análises de necessidades e desejos. O autor reclama a introdução de uma linha de desenvolvimento social e cultural — um compromisso. Quer algo que supere o dilema: planejar contra ou a favor de um público. Intui que a saída está em uma atitude criativa que mantenha o valor polêmico e contraditório da questão e que lhe acrescente considerações sobre a cultura e o espírito progressista deste pú-

---

1 Talvez percebendo com toda a profundidade a natureza poética i. é: irreverente e, por essência transformadora e criativa) do urbano, Saint-John Perse escreveu que "as cidades se constroem enquanto as mulheres sonham".

blico. Não anda muito longe das idéias de Henri Lefebvre (1971, 1972) que diz que, se estamos assistindo à progressiva escalada da apropriação dos meios urbanos pelas mais avançadas formas do capitalismo e do poder do Estado, é preciso enfrentar o problema pelos seus aspectos mais concretos e inventar fórmulas que permitam aos espoliados se apropriarem da apropriação.

Bohigas e Lefebvre estão à busca de respostas para o desespero, o fatalismo, o pessimismo e o imobilismo que nos transmite a maioria dos estudos sociológicos sobre o urbano. Pedem aos que os realizem uma postura mais dialética e mais humildemente referenciada a seu objeto. Sugerem que, sem nenhum prejuízo para as indispensáveis referências à produção material, também se trabalhe com afinco, e no âmbito devido, com a criação de significados. Ousam evocar as representações poéticas do urbano e do espaço como os elementos totalizadores que permitem mesmo que se possa tratar destas categorias como expressivas e possuidoras da autonomia necessária para despertar a atenção científica. Já o que aproxima Alonso de Bohigas é que ambos são planejadores militantes. Fazem mais do que sonhar (ou pensar...) sobre cidades: entendem-nas como meios em que o contínuo estado de transformação é condição primeira de existência; propõem-se a atuar no seu ritmo, conhecendo-as através das ações que sobre elas praticam e que, por sua vez, lhes permitem a correção incremental das teorias que adotam. Tanto o espanhol como o americano reclamam da generalidade dos conceitos sociológicos sobre o urbano que, frente à prática obrigatória para os que se metem com o assunto, se revelam pobres e imprecisos. Alonso chega a pedir a invenção de metalinguagens que conciliem a necessidade de entender as múltiplas versões do que seja o interesse público nas cidades com radicalismo, utopia e "planejamento holístico" que também acha necessários para a proposição de novas alternativas.

Lembrei de tudo isto lendo um livro que tenta dar conta das questões sociológicas suscitadas pelo moderno processo de urbanização no nosso país. Trata-se de *Urbanização e Mudança Social no Brasil* de Ruben George Oliven publicado pela Vozes em 1980.

O Livro de Oliven é composto por seis capítulos. Os três primeiros são dedicados à revisão da teoria sobre o Urbano depois da sua plena apropriação pela economia industrial. Partindo de Weber e Marx, o autor vai em um embalo só, passando pela inevitável Escola de Chicago, pelas teorias sobre a cultura da pobreza, modernização, dependência e margina-

lidade.[2] É um regular exercício de revisão, em que pese a superficialidade com que trata seus temas. Uma atitude que, afinal, se justifica. Os ensaios apresentados não passam de uma ante-sala para uma análise aprofundada da atual situação urbana brasileira, anunciada aqui e ali e mesmo preparada pelo encadeamento dos títulos utilizados: A Cidade como Categoria Sociológica; a Ideologia da Modernização; Marginalidade Urbana na América Latina — Aspectos Econômicos, Políticos e Culturais. Tudo previsível e comportado, como convém a um bom trabalho acadêmico, ainda que, vez por outra, apareçam breves juízos sobre as idéias apresentadas a galope e que suponho serem expressivos da opinião do autor. De vez em quando se destacam alguns conceitos que devem ser as bases das hipóteses e das deduções que virão a seguir. É o caso, por exemplo, da expressão *cultura dominante*, que me chamou bastante atenção e que voltarei a discutir mais tarde.

O quarto capítulo — Dimensões Sociais do Processo de Urbanização no Brasil — reafirmou o forte sabor acadêmico do que estava lendo e me permitiu adivinhar que isto só iria se acentuar até o final do livro. Nenhuma surpresa: na primeira linha do prefácio, Oliven explica que está apresentando a versão modificada de sua tese de doutorado defendida na Universidade de Londres. Tese, sem dúvida, e das mais formais: depois de demonstrar que está ao corrente de quase todas as teorias importantes na área (pelo menos em seus termos mais amplos), o autor esboça rapidamente uma descrição histórica explicativa dos fenômenos de urbanização no Brasil do início do século XIX em diante. A tarefa, que parece ser simples o suficiente para que se resolva em menos de quinze páginas, leva-o a uma questão que vê como fundamental para o Brasil de hoje: o da homogeneização ou não das subculturas rurais e urbanas em direção a um modelo "mais urbano". Esta questão inspirará a hipótese que será levada ao teste de campo, descrito no capítulo seguinte. De novo, surgem referências a uma "cultura dominante", condicionadora de "subculturas".

O capítulo V me prometia ser o clímax do livro. Vinha depois de quatro ensaios, cuja função explícita era preparar o leitor para acompanhar o mergulho em campo e apreciar os resultados da colheita. O autor se dispunha enfim, a mostrar

---

2 Para que a revisão fique completa, sente-se a falta do "coroamento intelectual" desta seqüência de versões sobre o urbano: a produção da moderna escola de sociologia urbana francesa (Castells, Lojkine) que anda muito em moda no Brasil. Em outro artigo seu (1980a), Oliven vai dedicar bastante espaço à apresentação das idéias de Castells, 'fechando", portanto, o seu trabalho.

como aplicou o que sabia a um meio urbano concreto, que deve ser seu velho conhecido. Mais ainda: fiquei na expectativa quanto aos métodos e instrumentos empregados. Acho que o que há de mais interessante no trabalho dos antropólogos é esta necessidade de invenção de pás e picaretas que se amoldem às condições, sempre particulares, das minas que se propõem a explorar. No caso da antropologia urbana então, área tão precariamente mapeada, cada um que se aventure por uma galeria nova merece toda a atenção dos colegas. Talvez tanto ou mais importante do que o que traga de volta é o relato de como o fez e as garantias que possa oferecer de que sua contribuição, sem perder seu caráter único e precisamente devido a isto mesmo, possa ser pendurada condignamente em um conjunto de conhecimentos maiores.

O que identifica o exercício antropológico é a ênfase no particular e no milimétrico, abordável através de contatos de natureza qualitativa, minuciosos e repetitivos. O antropólogo deve tomar o pulso ele mesmo, envolver-se, interagir. Um processo complicado, difícil de fixar, de prever e, às vezes, de explicar. É preciso que se abra o suficiente para perceber as maneiras de ver e de interpretar o mundo da perspectiva do informante. Além disto, é necessário que lhe transmita uma imagem que viabilize a comunicação "inter-egos" e que seja capaz de recuperar tudo, objetivando o que for possível através de sucessivas relativizações, onde há poucos "fulcros neutros". Ao antropólogo urbano é requerida uma particular atenção, para que não caia nos engodos de identificações ou estranhamentos fáceis em relação a quem compartilha de sua mesma cultura. Os pesquisados podem ser "maneirosos", "cheios de manhas" e podem ter seus objetivos de síntese, para além das informações parceladas que nos fornecem, e que terão sempre a vantagem de ser muito mais pragmáticos que os nossos.

Não tenho grandes preconceitos quanto ao uso de técnicas quantitativas e de dados quantitativos. Neste particular, devido às atividades que pratico e às minhas outras fontes de formação, sou um antropólogo heterodoxo. Sempre que posso, recorro a questionários, tabelas e quadros estatísticos que me sirvam de pano de fundo e que me forneçam material auxiliar. Sei, no entanto, que nada disto é capaz de substituir a experiência vivida e o seu relato direto e extensivo: a etnografia. De novo, é pertinente não me mostrar rígido ou formalista: até jornais, romances ou programas de TV podem se constituir em excelente fonte de material etnográfico e há antropólogos que fazem bom trabalho em cima de relatos alheios.

Ruben Oliven, porém, não apresenta nada de parecido. Imagino que lá deva ter as suas descrições básicas, já que seu livro é feito em cima de uma tese de doutoramento em antropologia. Fico intrigado a respeito das razões por que não as apresentou. O escamoteamento do que poderia ser a parte mais interessante da história me deixou frustrado.

Oliven começa o seu capítulo V fazendo um louvável esforço, infelizmente, bastante raro entre os que procuram demonstrar cientificamente questões sociológicas: constrói, com cuidado, os termos da sua hipótese e acaba por apresentá-la com toda a clareza. Ele quer saber se os habitantes de Porto Alegre, cidade moderna e muito importante no sistema regional e nacional brasileiro, estão sendo submetidos a algum processo cultural homogeneizador, imposto mesmo pelo e a partir do fato urbano. Como estes moradores são em grande número, terão diferentes posições sociais. O autor imagina, no entanto, que as suas orientações serão assemelhadas no que disser respeito a aspectos pragmáticos e instrumentais do quotidiano, além daqueles "mais fortemente sujeitos a influências ideológicas". Apresentarão, por outro lado, orientações diferentes quanto às dimensões de vida pessoal e no que for específico (conseqüências e significados da posição social).

O censo de 1980 revela que Porto Alegre, metrópole regional do Sul do país, está abrigando 1.159.000 pessoas. A Região Metropolitana conta com 2.884.000 habitantes. Oliven, que escreveu em 1977, teve de enfrentar números nesta escala, o que configura uma dificuldade metodológica nada desprezível para uma pesquisa antropológica. Não gosto dos artifícios que usou para "trabalhar pequeno" com quantidades tão monumentais. A identificação entre localização (bairros) e uma presumível segregação econômica (renda familiar mensal) é simplista e me convence pouco. Ultimamente estão aparecendo estudos justamente na área da antropologia, que demonstram que, nos grandes aglomerados metropolitanos brasileiros, a) o mecanismo de estruturação geral tende a se repetir em cada instância específica, isto é, em cada elemento singular da formação urbana há um rebatimento da relação Núcleo/Periferia e que é a manutenção deste padrão, levado até às situações mais "micro", que garante a coerência e a viabilidade do todo, que pode chegar a ser imenso (São Paulo metropolitano com treze milhões de habitantes); b) há fronteiras fluídas, reversíveis e não coincidentes na multiplicidade de níveis e de relações encompassadas pelo rótulo, ora vago demais, ora muito restrito, do "urbano" — fronteiras físicas, como no caso de setores "periféricos" (bairros antigos, zonas

cortiçadas) que podem estar no coração dos núcleos; ou no caso de setores "centrais" que podem aparecer no meio de favelas ou no último dos loteamentos periféricos — fronteiras comportamentais também, com a periferia exportando seus modelos para os núcleos com a mesma facilidade com que recebe os dele, ainda que os cientistas sociais se apercebam pouco do assunto.[3]

Sobre a sua tipologia, Ruben Oliven apresenta cinco tabelas quantificadas, acompanhadas de provas da coerência estatística dos cruzamentos efetivados. Três tabelas dizem respeito às orientações em relação à família, à religião e à educação. As duas últimas tratam de questões políticas gerais e particularizadas. É impressionante a simetria dos resultados: nos bairros mais pobres a maioria absoluta tem posições tradicionalistas, "reacionárias", (e ruralizantes?) sobre a família, que vão aos poucos se modificando, à medida que se sobe na escala econômica, até que nos bairros mais ricos as proporções se apresentam invertidas. O mesmo acontece com as orientações religiosas: maior pobreza, maior ingenuidade; quanto mais ricos, mais sabidos. Já no que tange à educação, o quadro se apresenta homogêneo: pobres e ricos e quem está entre os extremos deposita muita fé na educação para vencer na vida. A homogeneidade se repete nas questões políticas genéricas: a metade de todo mundo está a favor de direitos individuais e liberdade de imprensa e contra a pena de morte. Já nas questões particularizadas, a simetria aparece de novo: os mais pobres acham que sabem votar, ainda que sejam analfabetos coisa que os mais ricos negarão, na sua maioria.

Com base nestes resultados, o autor considera demonstrada a viabilidade das suas hipóteses e conclui que "as diversas camadas sociais de populações urbanas brasileiras não evidenciam uma homogeneização cultural". Para ele o que ocorre são dois processos simultâneos e complementares e que estão no bojo da recente urbanização brasileira: a) homogeneização de todas as classes sociais nas áreas mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais, além de mais sujeitas a influências ideológicas; b) uma tendência oposta, a heterogeneização das classes, não só em termos econômicos, mas também onde os pobres podem resistir às orientações culturais padronizadas.

---

3 Vide as interessantíssimas adaptações espaciais de terreiros de umbanda e de igrejas pentecostalistas às condições de *habitat* dos bairros ricos que constituem os núcleos metropolitanos. Foi o antropólogo Marco Antonio da Silva Mello que me chamou a atenção para este movimento de "fronteirização às avessas".

Como não há informações mais detalhadas sobre as condições em que foram realizados os levantamentos, o capítulo V me deixa crivado de dúvidas. Não estarão os "aspectos examinados" que aparecem nos quadros, impregnados do viés do pesquisador? O que significam aqueles números? E a elegância dos resultados, tão adequados às hipóteses? E cada vez me brotam mais perguntas: será que os ricos são tão secularizados? (outro dia li, não lembro onde, que em Porto Alegre houve a mais espetacular expansão da umbanda nos últimos dez anos de Brasil — será que as classes altas lá estarão imunes? Seriam curiosa exceção...) — Que significarão, nos respectivos contextos, as categorias usadas para formular as questões tidas como políticas? (liberdade de imprensa, por exemplo) — E a posição do entrevistador em tudo isto? Não tenho maneira de sabê-lo... Não posso avaliar, portanto, as interessantes informações que me fornece Oliven, nem estou tão convicto como ele das relações entre seus dados e suas conclusões.

O texto me diz que a clivagem entre os entrevistados aparece nítida sempre que se trate da esfera do pessoal ou de assuntos com significados e conseqüências diferentes. Os temas restantes se inclinam em direção à homogeneização. A impressão transmitida é que está havendo um confronto de opiniões e orientações entre grupos de posição social distinta. Não é, porém, o que a leitura do capítulo evidencia. Parece, antes, que o verdadeiro diálogo é entre o entrevistador e seus "objetos". As respostas servem para me mostrar que quem pergunta apresentou questões que, às vezes, são familiares para todos e, outras vezes, são restritas (dirigidas? significativas com exclusividade?) a uma parcela dos pesquisados. No fim das contas, o pesquisador também terá as suas versões e visões de mundo que, fatalmente, tenderão a se afinar com as dos moradores dos bairros classificados, nos seus quadros, como de "classe média alta" e de "classe alta"... A nuança, o particular, o notável, estas peculiaridades que distinguem o trabalho antropológico, estão ausentes da análise apresentada. Ou melhor, estão quase ausentes, pois posso pressenti-las em, pelo menos, um dos agentes de que trata o capítulo: o próprio analista, cujas idéias estão reveladas aqui e no que escreveu antes.

Não discordo das hipóteses de Oliven, nem do seu interesse em aprofundá-las no futuro, ainda que considere que sejam válidas e aplicáveis a qualquer grupo definível "por oposição a" e não apenas a grupos de renda, presumivelmente

relacionáveis ao conceito de classe social. A comparação das opiniões de pessoas situáveis entre polarizações do gênero homossexuais *versus* heterossexuais, umbandistas *versus* católicos, jovens *versus* adultos, torcedores do Grêmio *versus* torcedores do Internacional, pretos *versus* brancos, e assim por diante, também revelaria que, em algumas áreas, o seu pensamento será hmogêneo e, em outras, heterogêneo. Não é isto, porém, o que me desagrada na tentativa de demonstrar "como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais" e sim a forma curta e apressada com que t autor se livra do problema, pelo menos diante do leitor. Fiquei com a sensação que o seu espetáculo acabou logo depois de começar. Com tantos prólogos, estava esperando que o prato principal tivesse mais substância.

O capítulo final, Classe e Cultura em Cidades Brasileiras, acaba sendo o mais pródigo em idéias e o mais interessante. Começa com a apresentação dos conceitos clássicos e desgraçadamente para todos nós, tão imprecisos de cultura, para logo querer balizar "toda a área de aspectos culturais de cidades latino-americanas". A propósito do uso das expressões culturais como forma de conhecimento dos meios urbanos, Oliven logo adverte que é preciso preservar o bebê por mais suja que esteja a água de seus muitos banhos. Saudável recomendação, em um tempo em que está na moda, no campo intelectual especializado, submeter as cidades aos mais vulgares e esterilizantes economicismos de direita ou de esquerda.

Em seguida, o autor vai se enredar nos conceitos de cultura hegemônica, cultura dominante e subculturas. Já havia ameaçado fazê-lo ao longo de toda a obra e, ao tentar ampliar os achados restritos ao seu caso, não tem outro jeito senão enfrentar a esfinge. Pelo que pude depreender e apesar de todas as ressalvas cuidadosas, cultura dominante é vista como cultura da classe dominante... Questão das mais fascinantes, que logo me desperta a vontade de saber como estabelecer limites entre o que domina e o que é dominado. Quem ou o quê legitima o predomínio de formas culturais no Brasil? — A história e a tradição? Mas nosso desenvolvimento urbano está cheio de novidades que, ainda que não as superem, parecem, às vezes, virá-las pelo avesso... O grande número? O próprio Oliven declara que 99,95% dos brasileiros não podem ter a menor pretensão hegemônica no setor... Exclusivíssimos grupos de elite? Seria preciso então admitir que a economia urbana superior prescindiria de complementações muito favoráveis a aberturas e adaptações culturais, o que não é o caso do capitalismo à brasileira... Quem será então? Os modernos

meios massificantes de comunicação? O Governo? A Igreja das Comunidades de Base? A umbanda? Como qualquer critério para definir cultura dominante é muito duvidoso, o assunto fica incomodando e sem solução.

De que se trata ao fim e ao cabo? A ronda dos rótulos me confunde: cultura burguesa; cultura proletária; cultura camponesa; cultura dependente; cultura marginal; cultura da pobreza... A cidade e o campo, o rural e o urbano, o cêntrico e o periférico. O máximo que se chega por este caminho é à constatação de complementaridades estruturais dentro de um só sistema capitalista encompassador da produção material e simbólica do conjunto social. Para quem busca especificar os fenômenos urbanos, a comodidade desta explicação "guarda-chuva", deste postulado acaciano deve satisfazer muito pouco, Oliven, por certo, sabe disto e acaba por expor alguns dos nossos muitos paradoxos: as elites brasileiras, na sua ansiedade e voracidade por estarem em dia com as metrópoles externas são, da perspectiva da cultura, mais dependentes do que as massas; a ordem interna do país que se mete a capitalista, mas tem poucos recursos, exige concessões, quase todas com altos reflexos nas formas de organização da cultura popular que, à primeira vista pelo menos, não pareçam ameaçadoras (religião, por exemplo); os modelos tradicionais de organização hierárquica de nossa sociedade têm funcionado como auxiliares eficientes para a implantação dos "modernismos" do capitalismo; outros modos de produção, acompanhados das representações que lhes correspondem, coexistem com o MPC dentro das próprias cidades, apresentando uma insubordinação que surpreende pela insolência; os modelos políticos despóticos ou populistas nunca abrem mão do autoritarismo, do clientelismo e da patronagem, auxiliares preciosos à prática do poder, mesmo nas mais sofisticadas metrópoles; o setor dito informal tem um lugar importante nos programas de desenvolvimento e é um dos fatores essenciais à acumulação capitalista; este setor também se "desenvolve" ele mesmo e possibilita trocas culturais; as empresas públicas e privadas no país têm um jeito brasileiro de ser capitalistas.

Só faltou dizer que o mesmo raciocínio que admite culturas hegemônicas tem de admitir a existência, possível e real, de culturas anti-hegemônicas. Faltou também explicar que subculturas serão sempre fragmentos mais próximos de práticas concretas de um modelo abstrato de cultura geral visto de ângulos e posições particulares. De acordo com o viés com que se olhe, as famosas subculturas poderão se compor de acordo com diversas hierarquias. É por isto que o problema é

tão complicado. Mas, pelas mesmas razões, é que merece atenção. A produção cultural e suas especificidades estão cheias de contradições e dinamismos que não se resolvem por simples evocação do capitalismo e descrição dos seus mecanismos gerais de funcionamento. É preciso ser mais sutil e extrair daí o que representa abertura e esperança: os processos de interação dialética e suas perspectivas antiimobilistas.

Oliven vai terminar o seu livro fazendo um vôo de pássaro sobre algumas das dimensões dos sistemas urbanos que podem interessar ao cientista social. Imagino que, para escolhê-las, se norteou pela atenção dada ao tema pelo Estado, principal produtor e controlador das facilidades oferecidas ao consumo coletivo nas cidades e pelo impacto causado sobre grandes parcelas da população. É assim que, começando pela habitação, atravessa as complexas regiões do atendimento médico e da assistência social oficiais, do futebol, da música e das religiões populares, da violência citadina... De novo, tamanha proeza é feita com estonteante rapidez: a viagem não dura mais do que dez páginas! Mesmo neste Brasil tão indigente de estudos sérios e bem feitos sobre seus maiores problemas, já existem algumas obras adultas sobre todos estes assuntos. Oliven não lhes acrescenta nada e, ao citá-las, evoca apenas uma erudição acadêmica eclética, capaz de executar uma *bricolage* mais ou menos convincente, mas bastante superficial.

O livro todo me dá a impressão de um quadro em que a moldura é tão carregada e rebuscada (marco conceitual, revisão histórica justificadora, didatismo acadêmico) que abafa a tela, pequena e insuficientemente pintada, que está dentro (hipóteses, estudo de casos frustrante, sem revelar metodologia, conclusões decorrentes). O que há de mais interessante é um conjunto de pinceladas em cores vivas (questões fundamentais), espremido, porém, em um canto da composição (parte do último capítulo) e mal articulado com o resto. A obra, aliás, se ressente de falta de unidade, o que se deverá, provavelmente, ao fato de resultar da condensação de uma tese, cujos capítulos, com exceção de um, já tinham sido publicados em separado, sob a forma de artigos.

Por outro lado, acho que Ruben Oliven expressa muito bem o que quer dizer. O livro é bem escrito; é simples e fácil de ler. Terá bastante valor como obra didática para os que quiserem se iniciar nas teorias sociológicas sobre o urbano. Neste sentido, serão particularmente úteis os quatro primeiros capítulos, que resumem e apresentam um grande número de idéias de pensadores no Brasil e no estrangeiro. Este conjunto de qualidades já se configura como excepcional no panorama

brasileiro, onde não são nada incomuns as obras sobre cidades, herméticas, pesadas, carregadas de linguagem viciada e sumamente aborrecidas.

Só fiquei devendo uma articulação entre aqueles comentários do início sobre os escritos de Alonso, Bohigas e Lefebvre e a crítica ao trabalho de Oliven. Não creio que, para fazê-lo, precise mais do que formular uma pergunta: — quais são mesmo as contribuicões efetivas que nós, cientistas sociais, estamos apresentando para que, através da análise crítica de seus problemas, consigamos participar das transformações das cidades e das condições de vida da maioria dos que nelas vivem? — Parafraseando Bobbio (1979), eu veria duas maneiras de enfrentar o que está se passando nas cidades do Brasil: 1) imaginar que o conjunto das mudanças faça parte de planos e determinacões ultra-esclarecidas que sempre acabam por favorecer e fortalecer o Capital e o Estado, seu aliado, entidades onipresentes e onipotentes e que, no final, sempre saem ganhando; 2) entender que, nesta especial arena, cada conquista, por milimétrica que seja, tem seu valor próprio que deve ser creditado aos que a conseguiram e não a planos táticos e estratégias do capitalismo, QUE NÃO É O ÚNICO QUE GANHA SEMPRE. O cientista social terá de escolher entre ser um profeta soturno e paranóico de uma subordinação e dominação incontornáveis pelos próprios termos em que ele se coloca, ou ser o recuperador, para os que menos têm e os que menos podem, do imenso valor do que conseguem fazer. Descritores imobilistas ou agentes impulsionadores dos processos urbanos?

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Willian. Beyond the inter disciplinary approach. *AIP Journal*, 1971.

BOBBIO, Norberto. "Existe uma doutrina marxista do Estado?" In *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.

BOHIGAS, Oriol. *Contra una Arquitectura Adjetivada*. Barcelona, Seix Barral, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona, Peninsula, 1971.

———. *La Pensée Marxiste et la Ville*. Paris, Casterman. 1972.

OLIVEN, Ruben George. "Por uma antropologia em cidades brasileiras". In *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro, Campus, 1980a.

———. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980b.